

Tancredo aposta na moratória

Belo Horizonte — O documento assinado pelos presidentes do México, Brasil, Colômbia e Argentina, condenando e alertando para os riscos da elevação dos juros internacionais, foi considerado ontem, pelo governador Tancredo Neves, de Minas Gerais, "a primeira colocação, em termos objetivos, de uma moratória não unilateral, mas uma moratória negociada pelas nações do Terceiro Mundo".

Para Tancredo Neves, o documento "é a primeira manifestação energética de resistência dos povos em processo de desenvolvimento contra as pressões e opressões das nações credoras capitalistas".

"É um acontecimento excepcional", disse o governador mineiro, lembrando que este "é um posicionamento pelo qual já vimos reclamando, não só eu, mas toda a oposição do Brasil. A próxima reunião dos ministros de Planejamento e do Exterior deverá ter consequências mais objetivas".

O governador de Minas Gerais acredita que há uma tomada de consciência de que estas nações "devem, reconhecem que devem, querem pagar, mas querem pagar de acordo com sua capacidade de amortização e de pagamento". Neste contexto, o documento assinado por México, Brasil, Colômbia e Argentina "é o acontecimento mais importante no plano econômico-financeiro nesses últimos 10 anos".

Desvinculação

O superintendente do Grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, defendeu ontem, após audiência com o vice-presidente Aureliano Chaves, a desvinculação das taxas de juros do mercado internacional das taxas cobradas dos países devedores, salientando que o aumento dos juros americanos está inviabilizando o setor produtivo de todo o mundo, notadamente dos países do Terceiro Mundo.

Segundo o empresário, o Brasil não tem condições de suportar uma taxa real de 11% de juros sobre sua dívida externa, mesmo que por pouco tempo, "porque isto representa dificuldades maiores de exportar, diminuição dos preços no mercado internacional e o consequente comprometimento do nosso superávit, que já é precário".

A desvinculação das taxas, segundo Abílio Diniz, teria que ser subsidiada mediante acordo com os países envolvidos, com o estabelecimento de uma taxa para dos devedores e outra para o mercado internacional. Os próprios banqueiros americanos, de acordo com o empresário, estão preocupados com as consequências do aumento das taxas de juros, "porque estão conscientes de que os países devedores não terão condições de arcar com os seus compromissos".

Em contatos telefônicos com aqueles banqueiros, segundo Abílio Diniz, eles admitiram a possibilidade de suspender temporariamente a cobrança dos juros dos países devedores, para garantir o ressarcimento do principal. Essa chamada "capitalização", segundo ele, é proibida pela legislação americana, "mas os banqueiros estão dispostos a lutar pela modificação dessa legislação, porque sabem que os seus maiores devedores não têm condições de pagar suas dívidas".

Itália

Em Porto Alegre, o embaixador da Itália no Brasil, Vieri Traxler, considerou válida a declaração conjunta divulgada pelos presidentes do Brasil, Argentina, México e Colômbia, frisando que ela tem um caráter de pressão e alerta. Observou também que os aumentos unilaterais das taxas de juros por parte dos países credores podem comprometer os esforços que vêm sendo feitos para o pagamento das dívidas externas, pois "um país só pode pagar a sua dívida se sabe qual é essa dívida".

O embaixador italiano comentou que pode, realmente, ter eficácia a união dos países devedores para reivindicar melhor tratamento por parte dos credores e dos países industrializados. Essa união, todavia, considerou o embaixador, esgota-se no nível de alerta e pressão em torno de pontos genéricos, de vez que uma renegociação efetiva das dívidas externas só pode ser feita por cada país, isoladamente. Argumentou que a estrutura de dívida de cada país é diferente, bem como as suas possibilidades de pagamento.